

Ontem à tarde, eu me reuni com o Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, o Ministro da Justiça, Aloysio Nunes, o Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Alberto Cardoso, o Diretor-Geral da Polícia Federal e o Secretário de Segurança de São Paulo. Discutimos sugestões que me foram trazidas. Algumas delas foram por mim aprovadas de imediato, inclusive uma focalização maior do Fundo Nacional de Segurança Pública para dar mais recursos aos pontos críticos da violência no Brasil. E a cidade de São Paulo é um ponto crítico. Isso foi imediatamente acordado.

Nós nos dispusemos a financiar uma parte dos guardas de presídios, de tal maneira que esses agentes possam ser enviados às ruas para, realmente, garantir a segurança da população de São Paulo. Além disso, hoje, estarei conversando com o presidente da Anatel sobre a decisão importante de proibir o telefone celular pré-pago, porque esse aparelho passou a ser um instrumento do crime. E também para determinar que se acelere, de vez, a autorização para usar bloqueadores que impeçam a comunicação entre presidiários e os seus cúmplices fora da cadeia.

Além disso, haverá uma série de medidas legislativas. Muitas delas já estão no Congresso e outras serão enviadas, fazendo com que haja maior rigor no tratamento dos prisioneiros responsáveis por crimes hediondos, como seqüestro e outros dessa natureza. Nós precisamos agilizar as condições do governo, dos governos estaduais para que possam atuar de uma forma mais eficaz, separando os criminosos mais perigosos dos presos comuns.

Também no que diz respeito ao porte de armas adulteradas, vamos aumentar a penalidade para as pessoas que possuem esse tipo de armamento. Ninguém adultera uma arma a não ser para o crime. Enfim, nós vamos passar para uma fase, que é necessária, de maior rigor na questão de segurança e portanto, também, do controle dos bandidos.

Isso não quer dizer que, com isso, se resolva a questão da segurança. Precisamos de outras medidas. Muitas são locais, são das prefeituras, dos governos dos Estados. São medidas que dizem respeito às condições de iluminação das ruas, às condições do modo pelo qual a população interage com a polícia.

Mas quero lhes dar uma notícia importante: à semelhança do que fizemos com a crise de energia, quando se criou aqui um comitê de crise, criamos uma força-tarefa que vai unir a Polícia Federal, as polícias de São Paulo, o Banco Central, a Receita Federal. Essa força-tarefa poderá, eventualmente, inclusive, estender-se a outros estados para resolver de uma vez, de forma imediata, sem entraves burocráticos, os problemas que se apresentem para um combate eficaz ao crime. Isso tudo com o objetivo de acabar com a violência, de acabar com a insegurança, de fazer com que o Brasil volte a ser um país de paz. Será uma guerra contra o crime e pela paz na sociedade.